

NOVO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA TIJUCO ALTO REDUZ IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL

A retomada do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, prevê modificações no antigo projeto do empreendimento para minimizar o impacto da obra ao meio ambiente e às comunidades da região. Os novos estudos de viabilidade ambiental trazem alterações que envolvem uma nova localização da casa de força e mudanças em componentes da barragem.

A continuidade do projeto da UHE Tijuco Alto aconteceu em meados do ano passado, quando a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, responsável pela concessão da usina, reiniciou os estudos de viabilidade do empreendimento.

Os estudos da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto prevêem a construção de uma barragem a 10 km das cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR). O projeto em análise estipula a construção de uma barragem com 153 m de altura. Assim, um reservatório natural rio acima, com cerca de 65 km de extensão e 56,5 quilômetros quadrados, será formado. A área alagada, descontando-se a calha do rio, será de 51,7 quilômetros quadrados, considerando a cota 300 metros. O reservatório atingirá parcialmente terras dos Estados de São Paulo e Paraná, nos municípios de Ribeira e Itapirapuã Paulista, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná.

O novo projeto prevê mudanças na casa de força e na barragem. No primeiro caso, será eliminada a escavação de um túnel de 2.200 metros, previsto no projeto original, que seria usado para captar água no reservatório, próximo à barragem, e transportá-la até a casa de força, cerca de 10 km depois. Isso causaria em um trecho do rio, com cerca de 11 quilômetros de extensão, um ensecamento e uma conseqüente redução no volume de água nessa parte. Eliminando-se o túnel de desvio e trazendo a casa de força mais para perto da barragem, tal processo será evitado.

A segunda alteração prevê a eliminação de um componente da barragem chamado descarregador de fundo. Esse dispositivo é uma espécie de comporta localizada na parte inferior da barragem que, quando aberta, de tempos em tempos, permite a saída da água pela parte inferior promovendo uma limpeza do reservatório. Essa água, das camadas inferiores do lago, geralmente não são de boa qualidade e poderiam ser transmitidas para o curso do rio abaixo da barragem. Com a eliminação desse mecanismo esse problema não deverá ocorrer.

Todas essas modificações foram possíveis devido ao amadurecimento das discussões ambientais em torno da construção de usinas hidrelétricas. As mudanças propostas serão apresentadas ao Ibama ao final dos novos estudos, quando serão entregues o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o Rima (Relatório de Impacto Ambiental).

O EIA é um instrumento de licenciamento ambiental de empreendimentos, como usinas hidrelétricas com potência acima de 10 MW. Ele integra a etapa de avaliação da viabilidade ambiental da obra. Os novos estudos devem ser concluídos no primeiro semestre de 2005. Os levantamentos estão sendo feitos

com base em um Termo de Referência (TR) definido pelo Ibama e que contou com a participação da Companhia Brasileira de Alumínio. Os estudos têm o objetivo de diagnosticar a qualidade ambiental atual da área de implantação do empreendimento e de sua área de inserção, na bacia hidrográfica do rio Ribeira.

O novo TR prevê estudos amplos e detalhados que abordarão questionamentos feitos no passado pelo Ibama, órgãos estaduais de São Paulo e do Paraná e por movimentos da sociedade civil. Parte desses questionamentos estavam relacionados a mudanças que estão sendo agora estudadas pelo empreendedor.

O estudo também prevê a análise dos impactos cumulativos, considerando os aproveitamentos hidrelétricos inventariados para o rio Ribeira (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatais), embora o interesse da CBA restrinja-se somente a Tijuco Alto. Desses quatro aproveitamentos, Itaóca, Funil e Batatais nunca despertaram o interesse de nenhum empreendedor, apesar de o inventário estar há mais de 20 anos na Aneel/DNAEE.

Ao longo de 2004, a equipe responsável pelos estudos de impacto sócio-ambiental da Usina, coordenada pelo CNEC Engenharia, realizou reuniões com a comunidade dos municípios de Ribeira e Adrianópolis, em São Paulo, e Cerro Azul, no Paraná.

Histórico

O rio Ribeira fica na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo. No caso de Tijuco Alto, a usina é de médio porte, com 144 MW de capacidade de geração. O Grupo Votorantim tem a concessão da usina hidrelétrica Tijuco Alto desde 1988 e chegou a obter licença prévia do empreendimento de órgãos estaduais de São Paulo (1994, Secretária do Meio Ambiente) e do Paraná (1994, Instituto Ambiental do Paraná). Em 1997, porém, a CBA teve também de iniciar o processo de licenciamento do empreendimento junto ao Ibama devido a uma decisão judicial.

A necessidade do licenciamento do empreendimento ser concedido por um órgão federal, deve-se ao fato de o rio Ribeira ser interestadual e os impactos de alcance regional. Este processo se arrastou até setembro de 2003, quando o Ibama decidiu indeferir a concessão da licença prévia para o empreendimento. Na época, um dos argumentos do Ibama para indeferir a concessão de licença prévia foi o de que os estudos que tinham sido apresentados não retratavam, por conta do tempo que se passou até a análise final dos estudos apresentados, a situação dos recursos naturais e o quadro social da área do empreendimento.

Em janeiro de 2004, a CBA resolveu retomar os estudos de análise ambiental do empreendimento e iniciou um novo processo junto ao Ibama. A primeira etapa envolve a definição de um Termo de Referência, documento no qual são previstos todos os estudos, análises e mapas que terão de integrar o EIA-Rima, o estudo e o relatório de impacto ambiental do empreendimento. Após a análise do EIA-Rima, caso haja a concessão da Licença Prévia pelo Ibama a próxima etapa do projeto envolverá a continuação dos estudos que compreendem o Projeto Básico Ambiental necessário para a obtenção da Licença de Instalação do empreendimento.

A energia gerada pela Usina Hidrelétrica Tijuco Alto vai integrar o sistema nacional de energia elétrica, contribuindo para que não existam novos racionamentos ou “apagões” no futuro e está de acordo com o esforço do governo federal neste sentido. O custo estimado do empreendimento é de US\$ 100 milhões.

Veja as ilustrações das mudanças no Projeto:



Mais informações:

Máquina da Notícia – Assessoria de Imprensa
Maurício Espósito
Mariane Corazza
Tel: (11) 3147-7900